

105º EXAME DA ORDEM

1ª FASE

1. Brasileiro naturalizado, em liberdade condicional e com direitos políticos suspensos, não pode propor Ação Popular porque

- a) ele é naturalizado.
- b) está em liberdade condicional.
- c) está com seus direitos políticos suspensos.**
- d) não é brasileiro nato.

2. A pessoa que se exime de prestar serviço militar, alegando motivo de crença religiosa e se recusa a prestar serviços alternativos

- a) é privado dos seus direitos sociais
- b) é privado do "status" de cidadão e dos direitos dele decorrentes.**
- c) tem seus direitos e garantias individuais suspensos.
- d) não pode ser privado de nada, porque a Constituição prevê liberdade de credo religioso.

3. Na vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados aos exercícios da Presidência:

- a) o presidente do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.
- b) o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal federal.**
- c) o presidente da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.
- d) o presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

4. O sistema de governo em que o Poder Legislativo e o Executivo distinguem-se de forma acentuada é o

- a) republicano.
- b) democrático.
- c) parlamentar.
- d) presidencial.**

5. Assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer brasileiro pode propor Ação Popular.
- b) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.**

- c) O Mandado de Injunção tem como pressuposto a existência de norma regulamentar.
- d) O Habeas-Data não pode ser impetrado por pessoa jurídica.

6. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Essa norma

- a) proíbe atos jurídicos imperfeitos.
- b) permite a retroatividade da lei.
- c) proíbe a retroprojeção da lei.**
- d) faculta ao legislador a iniciativa de certas leis.

7. O desvio de finalidade ou de poder ocorre quando o administrador público

- a) não assume a sua responsabilidade funcional.
- b) exerce suas funções com observância das formalidades legais, porém movido por razões estranhas ao interesse público.**
- c) age com ausência de competência.
- d) age com arbitrariedade.

8. Ato do Secretário da Segurança Pública, regulando o trânsito de carro no centro de São Paulo, em dia de comício popular naquele local, é ato pelo qual a Administração manifesta seu poder

- a) de polícia**
- b) disciplinar
- c) hierárquico
- d) regulamentar

9. Servidor público do Estado de São Paulo admitido em caráter temporário, estabilizado pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, pego em flagrante pelo seu chefe imediato, quando recebia dinheiro para alterar nota de empenho, poderá ser demitido

- a) após processo administrativo disciplinar.**
- b) pela verdade sabida, independentemente de instauração de processo administrativo.
- c) somente por sentença judicial.
- d) desde que seu procedimento acarrete prejuízo ao erário público.

10. Pretendendo uma autarquia vender um bem imóvel adquirido por dação em pagamento, deverá valer-se do seguinte procedimento:

- a) autorização legislativa; avaliação prévia e realização de leilão.
- b) avaliação prévia; comprovação da necessidade ou utilidade de alienação e realização de concorrência pública.**
- c) autorização legislativa e realização de licitação pública.
- d) avaliação prévia e realização de licitação, na modalidade correspondente ao valor do imóvel.

11. Empresa concessionária, prestadora de serviço público causa danos a particulares. Configura-se sua responsabilidade objetiva desde que

a) a prestação do serviço seja a causa única do dano.

b) o dano tenha ocorrido por omissão na prestação do serviço e a vítima não tenha culpa concorrente.

c) o agente do concessionário, causador do dano, tenha agido com culpa.

d) o Poder Público concedente não seja responsabilizado solidariamente.

12. A autarquia pode ser caracterizada como

a) pessoa jurídica distinta do estado, excluída tanto de subordinação hierárquica como de controle da órbita estatal.

b) pessoa jurídica cujo capital seja formado apenas por recursos de pessoas de direito público interno.

c) pessoa jurídica de direito privado, que desempenha, por imposição legal, atividade típica da Administração Pública.

d) pessoa jurídica de direito público, criada por lei, para realizar serviço público ou explorar atividade econômica.

13. Em caso de perigo iminente, as autoridades competentes podem usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior. Em se tratando de bens infungíveis, caracterizada estará a

a) requisição típica.

b) ocupação temporária.

c) servidão administrativa.

d) desapropriação indireta.

14. Quando o Poder Público determina a alteração unilateral de cláusula regulamentar em um contrato administrativo, como meio de melhor satisfazer o interesse público, há aí uma justificação para revisão do preço

a) pela teoria da álea extraordinária.

b) pela teoria da imprevisão.

c) por fato da Administração.

d) pela teoria da álea ordinária.

15. Quando o Estado oferece a comunidade uma escola pública, diz-se que ele está prestando serviço público

a) porque educação é um serviço que interessa a toda coletividade.

b) em função do regime que disciplina o serviço prestado.

c) porque realiza uma atividade que o particular só pode realizar desde que autorizado pelo Estado.

d) pelo fato de ser o estado o prestador do serviço

16. Um veículo oficial colide com um veículo particular. O dono do veículo particular poderá ser indenizado?

- a) Só se o motorista do veículo oficial não estiver a serviço.
- b) Sim, se comprovar a culpa do motorista do veículo oficial.**
- c) Sim, sempre, pela responsabilidade objetiva do Estado.
- d) Não, porque o veículo oficial estava a serviço.

17. O ato administrativo editado para extinguir, com efeitos futuros, um ato anterior, por razões de conveniência e oportunidade, chama-se

- a) invalidação
- b) cassação
- c) revogação**
- d) anulação

18. Funcionário público municipal que, nomeado por concurso, teve o seu cargo extinto antes do término do estágio probatório (confirmatório),

- a) será aproveitado em outro cargo, imediatamente.
- b) será colocado em disponibilidade.
- c) será admitido "ad nutum".
- d) será exonerado.**

19. As terras devolutas municipais são

- a) bens públicos de uso especial, afetados à obtenção de rendas.
- b) bens públicos dominicais, impenhoráveis e inalienáveis.
- c) bens públicos dominicais, integrantes do patrimônio disponível do Município.**
- d) bens públicos afetados ao uso comum do povo.

20. Dá-se a imputação do pagamento quando

- a) o credor consente em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida.
- b) a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, ambos vencidos, a um só credor, indica qual deles oferece o pagamento.**
- c) o terceiro interessado paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- d) o devedor contrai com o credor nova dívida, substituindo ou extinguindo a anterior

21. Penhor

- a) é o ato pelo qual o devedor, citado para a execução, oferece bem móvel de terceiro, com a anuência deste, para garantir o juízo e propiciar a abertura de prazo para o oferecimento de embargos.

b) é o ato pelo qual o terceiro interessado oferece ao juízo da execução, como garantia, um bem móvel de sua propriedade, propiciando ao devedor a abertura de prazo para o oferecimento de embargos.

c) é uma garantia real, que tem por objeto bem móvel, cuja posse, até que seja quitado o débito garantido, fica em poder do credor.

d) é uma garantia real, que tem por objeto somente bem imóvel, cuja posse, até que seja quitado o débito garantido, permanece em poder do devedor.

22. A solidariedade

a) estará caracterizada quando a lei determinar a cada devedor uma parte específica do débito, ou a cada credor uma parte específica do crédito.

b) é presumível, desde que haja, no pólo passivo, dois ou mais devedores ou, no pólo ativo, dois ou mais credores.

c) estará caracterizada quando a lei, ou o contrato, determinar a cada devedor uma parte específica do débito, ou a cada credor, uma parte específica do crédito.

d) não se presume, pois deve resultar, necessariamente, da lei ou da vontade das partes.

23. A Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, não se aplica

a) aos imóveis locados à União Federal, aos Estados e aos Municípios.

b) aos espaços destinados à publicidade em paredes ou muros de imóveis.

c) aos imóveis locados a escolas públicas e aos hospitais.

d) aos espaços ou unidades comerciais em shopping centers.

24. Durante o prazo estipulado para a duração de um contrato de locação,

a) o locatário poderá, imotivadamente, devolver o imóvel e pagar a multa proporcional ao locador.

b) o locador poderá retomar o imóvel imotivadamente, indenizando o inquilino das despesas de mudança e pagando a multa pactuada.

c) nem o locador, nem o locatário, em nenhuma hipótese, poderão denunciá-lo imotivadamente, pois devem respeitar o prazo contratual estabelecido.

d) o locatário não poderá, imotivadamente, devolver o imóvel, mas o locador poderá denunciar o contrato se pedir o imóvel para uso próprio ou de descendente ou ascendente.

25. O proprietário de um imóvel localizado na cidade de Santos, domiciliado em São Paulo, quer vendê-lo a outra pessoa, domiciliada em Campinas. Nesse caso,

a) a escritura pública de compra e venda deve, necessariamente, ser lavrada em Cartório de Notas sediado em Santos e registrado no competente Serviço de Registro de Imóveis daquela Comarca.

b) a escritura pública de compra e venda deve, necessariamente, ser lavrada em Cartório de Notas sediado em São Paulo e registrado no competente Serviço de Registro de Imóveis de Santos.

c) a escritura pública deve, necessariamente, ser lavrada em Cartório de Notas sediado em São Paulo, Santos ou Campinas, e registrada em qualquer dos cartórios de Registro de títulos e Documentos sediados em Santos.

d) a escritura pública pode ser lavrada em qualquer Cartório de Notas do Brasil e registrada, necessariamente, no Serviço de Registro de Imóveis competente, na Comarca de Santos.

26. De acordo com a Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - é prática expressamente considerada abusiva:

a) na locação de imóvel urbano, cobrar o locador, do locatário, despesa de condomínio qualificada como extraordinária.

b) enviar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto.

c) propor execução judicial contra o consumidor, sem antes levar a protesto o título por este emitido e não pago.

d) levar a protesto título emitido pelo consumidor, e por ele não pago, sem antes enviar-lhe correspondência intimando-o a efetuar o pagamento.

27. Cinco irmãos são proprietários de um prédio com dez andares, mantendo condomínio em partes ideais. Desejando vender o primeiro andar a um interessado, de forma regular, proporcionando-lhe a possibilidade de registro.

a) devem lavrar escritura pública de compra e venda, na qual comparecem e assinam os cinco irmãos, descrevendo detalhadamente o andar a ser vendido, para que possa ser aberta matrícula independente, no Registro de Imóveis.

b) quatro dos irmãos devem doar ou vender ao quinto irmão as respectivas partes ideais naquele andar e este, depois de registrar o andar em seu nome, por escritura pública, o venderá ao interessado, assinando-a sozinho.

c) devem lavrar cinco escrituras públicas independentes, cada qual vendendo 25% (vinte por cento) do andar ao interessado, descrevendo detalhadamente o imóvel como um todo, a fim de que a matrícula independente possa ser aberta no Registro de Imóveis.

d) devem instituir condomínio na forma da Lei nº 4.591/64, especificando e atribuindo as unidades entre si para, depois de registrados esses atos, aquele a quem tiver sido atribuída a unidade denominada primeiro andar, vendê-la, por escritura pública, ao interessado.

28. Na temática de direitos reais de garantia sobre coisas alheias, aponte a disjuntiva verdadeira.

a) Direito de uso, direito de habitação.

b) Direito da constituição de renda sobre imóvel, direito de servidão predial.

c) direito de penhor, direito de enfiteuse.

d) Direito de anticrese, direito de hipoteca; convencional.

29. Ao possuidor de boa fé, concede-se o direito à indenização e retenção por

a) benfeitorias necessárias e voluptuárias.

b) benfeitorias úteis e necessárias.

c) somente por benfeitorias necessárias.

d) benfeitorias úteis e voluptuárias.

30. Alinham-se entre os meios de aquisição da propriedade imóvel:

a) usucapião, comistão.

b) sucessão hereditária, adjunção.

c) especificação, acessão.

d) acessão e registro do título aquisitivo no serviço competente.

31. Na hipótese de casamento em iminente risco de vida exige a sistemática legislativa a presença de:

a) 5 (cinco) testemunhas.

b) 4 (quatro) testemunhas

c) 6 (seis) testemunhas.

d) 3 (três) testemunhas.

32. Não pode(m) ser penhorado(s), em hipótese alguma,

a) o seguro de vida.

b) os bens que já tiverem sido penhorados em outros processos de execução.

c) os frutos e rendimentos de bens inalienáveis.

d) bem imóvel, dado como garantia hipotecária a terceiro.

33. Extingue-se o processo sem julgamento de mérito,

a) quando falecer o autor da ação.

b) quando juiz acolher alegação de preempção.

c) quando as partes transigirem.

d) quando juiz pronunciar decadência.

34. O prazo para o devedor embargar uma execução por quantia certa, amparada em título extrajudicial, na qual: o executado foi citado dia 1º (primeiro), segunda-feira; a penhora foi realizada no dia 4 (quatro), quinta-feira, mesma data em que foi o devedor dela intimado; o mandado foi juntado aos autos dia 11 (onze) quinta-feira; e os dias 5 (cinco) e 12 (doze) foram feriados forenses, termina no dia:

a) 16 (dezesseis) - terça-feira.

b) 17 (dezesete) - quarta-feira

c) 22 (vinte e dois) - segunda-feira.

d) 24 (vinte e quatro) - quarta-feira.

35. Aponte qual das peças abaixo não é obrigatória para instruir a petição de agravo de instrumento.

a) Cópia da petição inicial.

b) Cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado.

c) Certidão da intimação da decisão agravada.

d) Cópia da procuração outorgada ao advogado do agravante.

36. Aquele que, não sendo parte no processo, sofre turbação na posse de determinado bem de sua propriedade, por ato judicial, poderá requerer seja mantido na posse de tal bem, por meio de

a) ação de manutenção de posse.

b) ação de interdito proibitório.

c) embargos de terceiro.

d) oposição.

37. Na ação revisional de aluguel,

a) o aluguel provisório deve ser fixado em 80% (oitenta por cento) da proposta formulada pelo locador, na petição inicial, ainda que inexista pedido expresso nesse sentido, pois trata-se de dispositivo legal de ordem pública.

b) o aluguel definitivo retroage à data da citação inicial, gerando para o inquilino a obrigação de pagar as diferenças acumuladas no curso do processo, entre o aluguel definitivo e o provisório, inicialmente fixado.

c) o aluguel definitivo passa vigorar a partir da data em que for prolatada a sentença, mas somente poderá ser exigido do locatário quando ocorrer o trânsito em julgado da decisão que o fixou.

d) o aluguel definitivo passará a vigorar apenas quando ocorrer o trânsito em julgado da sentença, pois até lá deve vigorar o aluguel provisório, que sofrerá reajustes anuais de acordo com índice estabelecido no contrato.

38. No caso de cumprimento de ordem de despejo, a execução será suspensa:

a) por morte do locatário: por 60 (sessenta) dias.

b) por morte do cônjuge do locatário: por 15 (quinze) dias.

c) por morte de qualquer morador: por 7 (sete) dias.

d) por morte do descendente do locatário: por 30 (trinta) dias.

39. Contra recurso especial julgado por maioria de votos poderá ser interposto

a) agravo regimental.

b) embargos infringentes.

c) embargos de divergência.

d) recurso ordinário.

40. Na pendência de recurso especial, poderá o recorrido requerer

a) avaliação do bem objeto de garantia do juízo.

- b) expropriação do bem em hasta pública.
- c) levantamento de depósito em dinheiro, independente de caução.
- d) adjudicação do imóvel penhorado.

41. Distinga a alternativa contemplativa de procedimentos de jurisdição voluntária.

- a) Separação consensual, apresentação de testamento, pagamento por consignação.
- b) Locação de coisa comum, emancipação de menor, especialização de hipoteca legal.**
- c) Arrecadação da herança jacente, curatela de interdito, inventário ou arrolamento de bens causa mortis, sendo todos herdeiros maiores.
- d) Alienação de coisa comum, interdito proibitório.

42. Da sentença declarativa da insolvência civil constará:

- a) nomeação de um síndico dativo para servir como administrador da massa.
- b) expedição de edital com prazo de 20(vinte) dias para habilitação dos credores da massa.**
- c) fixação do termo legal da insolvência.
- d) indicação do dia, hora e local da abertura da insolvência.

43. Para concessão da tutela antecipada no processo de conhecimento impõe-se a observância de requisitos de

- a) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, fundado receio de dano irreparável, reversibilidade do provimento, requerimento da parte.**
- b) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, abuso de direito de defesa, reversibilidade do provimento.
- c) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, fundado receio de dano de difícil reparação, reversibilidade do provimento, concessão de ofício.
- d) existência de prova inequívoca, verossimilhança da alegação, manifesto propósito protelatório do réu, irreversibilidade do provimento.

44. O endosso em título de crédito tem característica de cessão de crédito quando o título

- a) estiver vencido.**
- b) for à vista.
- c) for a tempo de vista.
- d) estiver prescrito.

45. Assinale a alternativa correta.

- a) Na Nota Promissória somente o endossante é o devedor.
- b) Na Letra de Câmbio o credor é sacado.
- c) Na Nota Promissória o credor é o emitente.
- d) Na Letra de Câmbio o credor é o sacador.**

46. A Fiança Mercantil é um contrato

- a) Comutativo.
- b) Aleatório.
- c) Acessório.**
- d) de Execução Instantânea.

47. Considera-se prescrito o cheque

- a) 6 (seis) meses após a sua emissão.
- b) 12 (doze) meses após a sua emissão.
- c) 6 (seis) meses após o prazo de apresentação.**
- d) 2 (dois) meses após o prazo de apresentação.

48. As principais características de um título de crédito cambial são

- a) literalidade, forma, causa.
- b) forma, causa, abstração.
- c) abstração, autonomia, literalidade.**
- d) conteúdo, cartela, autonomia.

49. Não disponível

50. A ação revocatória prevista no Ordenamento de falência poderá ter como sujeitos passivos:

- a) os figurantes do ato e os terceiros adquirentes que não tiverem conhecimento da intenção do falido de lesar os credores.
- b) os herdeiros dos figurantes e os terceiros adquirentes que não tiverem conhecimento do ânimo do falido de prejudicar os credores.
- c) os beneficiários do ato e os terceiros adquirentes que não tiveram conhecimento do desejo do falido de causar danos aos credores.
- d) os legatários dos figurantes do ato alienatório praticado no termo legal da quebra e os terceiros adquirentes que não tiverem conhecimento da "animus" do falido de causar prejuízo aos credores.**

51. Com relação ao instituto da tentativa, previsto na legislação penal hodierna, é correto afirmar que, de acordo com a doutrina e jurisprudência dominantes,

- a) não se concebe, em direito Penal, tentativa de delito culposo.**
- b) concebe-se, em Direito Penal, tentativa de delito culposo.
- c) concebe-se, em Direito Penal, tentativa de delito culposo e doloso.
- d) não se concebe, em Direito Penal, tentativa de delito culposo e doloso.

52. Qual a principal consequência do reconhecimento do arrependimento posterior nos crimes patrimoniais?

- a) O arrependimento posterior tem como consequência demonstrar a falta de tipicidade da

ação delitiva.

b) O arrependimento posterior provoca, se reconhecido, uma redução obrigatória da pena, nos limites variáveis entre um terço e dois terços.

c) A principal consequência do reconhecimento do arrependimento posterior é a demonstração da inexigibilidade de conduta diversa.

d) opera-se, com o reconhecimento do arrependimento posterior, a desclassificação da conduta delituosa de dolosa para culposa.

53. O termo "ofendículos", em tema de legítima defesa, significa

a) aparato para defender o patrimônio ou qualquer bem jurídico de ataque ou ameaça.

b) sujeito passivos atingidos pela legítima defesa.

c) sujeitos ativos atingidos pela legítima defesa.

d) a ofensa inicial ao bem jurídico atingido, a qual motiva a legítima defesa.

54. Os regimes de cumprimentos de pena privativa de liberdade previstos no Direito Penal Brasileiro são

a) regime de reclusão, detenção e de multa.

b) regime inicial e final.

c) regime fechado, semi-aberto e aberto.

d) regime de segurança máxima e de segurança intermediária.

55. Em sede de "aberrativo ictus", o Código Penal prevê que

a) quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado crime contra aquela.

b) quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevem resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa.

c) quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevem resultado diverso do pretendido, o agente responde por crime preterdoloso.

d) não se cogita a sua aplicação em crime de latrocínio, tendo em vista as particularidades que envolve este tipo penal.

56. Nos crimes contra os costumes, o casamento da vítima com terceiro opera a extinção da punibilidade do agente

a) sem qualquer condição, bastando que seja realizada a cerimônia do casamento civil.

b) desde que ocorra o perdão judicial expressamente previsto em lei.

c) desde que o crime tenha sido cometido sem violência real ou grave ameaça e a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 dias a contar da celebração.

d) pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, somente nos crimes que procedem mediante representação do ofendido.

57. Mário, médico, pratica cirurgia de aborto, tendo em vista que sua paciente engravidou após ser estuprada.

- a) A conduta do aborto é ilícita em qualquer hipótese.
- b) A conduta de Mário é absolutamente ilícita tendo em vista expressa previsão legal.
- c) Não se pune a conduta de Mário, tendo em vista que a legislação recente descriminalizou a conduta delitiva do aborto, atendendo ao anseio popular.
- d) A conduta de Mário é lícita, desde que haja consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.**

58. "Furto Famélico" é o furto praticado

- a) por quem, surpreendido, enceta fuga e, ao fazê-lo, tenta agredir o perseguidor.
- b) por quem, em estado de extrema penúria, é impelido pela fome, pela inadiável necessidade de se alimentar.**
- c) com "animus furandi" com continuidade delitiva entre crimes de roubo e receptação.
- d) por membros de uma mesma família.

59. O indivíduo que arrebatou bolsa de senhora em praça pública, mas que é preso imediatamente em flagrante delito por policiais que assistiram à cena, responde processo por crime

- a) consumado.
- b) tentado.**
- c) de extorsão.
- d) de tentativa de latrocínio.

60. Maria, de 13 anos, pratica relação sexual com seu namorado José, de 18 anos. É correto afirmar, diante de tal situação, que

- a) José deverá ser punido por crime de sedução e corrupção de menores.
- b) José não praticou crime algum, independentemente da idade de Maria.
- c) José praticou crime de sedução, diante da tenra idade de Maria.
- d) José praticou crime de estupro diante da presunção relativa de violência.**

61. Comete crime de denunciação caluniosa o advogado que, recebendo incumbência de cliente, requer providência de caráter penal em nome do mesmo, sendo certo que este imputa falsamente crime contra terceira pessoa. Tal afirmação é

- a) totalmente correta, pois que inexistente o crime anterior.
- b) totalmente incorreta, pois o advogado se limitou a orientar o cliente de acordo com os dados por ele fornecidos.**
- c) correta, mas dependente de assinatura de seu cliente, reafirmando a conduta delitiva da parte adversa.
- d) incorreta, mas subordinada à representação da parte adversa.

62. Caso o funcionário público concorra culposamente para apropriação de dinheiro

proveniente dos cofres públicos, mas restitua antes da sentença penal irrecorrível,

a) terá extinta punibilidade.

b) terá a pena reduzida de um a dois terços.

c) terá a pena reduzida de metade.

d) praticará crime de corrupção, sem diminuição de pena.

63. A instauração de inquérito policial; é indispensável para a propositura da ação penal?

a) Não. O inquérito policial é peça meramente informativa, apurando-se a infração penal com todas as suas circunstâncias e respectiva autoria.

b) Sim. O inquérito policial, apesar de ser peça meramente informativa, obrigatoriamente deverá ser instaurado antes da propositura da ação penal.

c) Depende. O inquérito policial só será instaurado obrigatoriamente em crimes de ação penal pública.

d) depende. O inquérito policial só será instaurado obrigatoriamente em crimes de ação penal privada.

64. O Ministério Público, titular da ação penal, após a propositura de denúncia contra determinado indivíduo, poderá se convencer que crime algum existiu, ou que não existem provas contra acusado, requerendo, deste modo, a absolvição do mesmo. Tal afirmação é

a) incorreta, eis que o Ministério Público não pode desistir da ação penal.

b) absolutamente incorreta.

c) absolutamente correta.

d) parcialmente correta, tendo em vista que o Ministério Público deverá ter a concordância da vítima para desistir da ação penal.

65. Se o juiz, na prolação da sentença, ao fixar pena-base, aumentá-la do mínimo legal sem justificar as razões disso, pode-se afirmar que

a) a sentença é nula.

b) a sentença pode ser convalidada por despacho posterior do Juiz.

c) a sentença não é nula.

d) a sentença não é nula, pois o juiz pode aumentar a pena-base sem qualquer justificativa.

66. O Tribunal do Júri tem sua competência fixada constitucionalmente, sendo-lhe atribuído o julgamento dos crimes

a) dolosos contra a vida.

b) contra a vida inclusive o latrocínio.

c) de homicídio doloso e culposo, apenas.

d) em que haja morte de alguma das vítimas.

67. No Processo e Julgamento dos crimes de responsabilidade dos Funcionários Públicos,

a) só será permitida a defesa prévia do acusado após o recebimento da denúncia.

b) é permitida a defesa preliminar do acusado antes do juiz acolher ou rejeitar a denúncia.

c) após o recebimento da denúncia ou queixa, o funcionário deverá apresentar defesa escrita de punho próprio, na qual tece considerações a respeito da prova que quer produzir, indicando testemunhas que pretende ouvir.

d) de acordo com o novo preceito constitucional, o rito a ser respeitado será ordinário comum.

68. O Defensor Público, no exercício de suas funções no Processo Penal.

a) deverá tomar as medidas judiciais necessárias na defesa do acusado, jamais podendo admitir que ele é culpado.

b) pode se manter equidistante da prova processual, como técnica de defesa.

c) somente poderá se manifestar nos autos processuais, mediante juntada de procuração ofertada pelo réu.

d) deverá ser requisitado pela autoridade policial sempre que se fizer necessário.

69. O testemunho de pessoas menores no âmbito do Processo Penal tem valor relativo por serem sugestionáveis e estarem sujeitos a lapsos de memória que o viciam e retiram sua credibilidade, tornando-o insuficiente para fundamentar juízo condenatório. Por estas razões, pode-se dizer que

a) muito se relutou em aceitar o depoimento de crianças, mas isto está ultrapassado, tendo em vista que psicologia pode solucionar se elas estão dizendo a verdade ou não.

b) jamais deve ser admitido como prova de acusação ou de defesa, por afrontar princípios básicos de credibilidade.

c) o frágil conteúdo probatório emanado de depoimento prestado por criança não pode ensejar sentença condenatória, mesmo se acompanhado de outras provas.

d) ele deve ser utilizado com reservas, necessitando de outros meios de prova para validá-lo.

70. O prazo de representação na Lei de Imprensa

a) é de 3 meses, começando a fluir a partir da data da publicação do escrito incriminado ou da transmissão da notícia incriminada.

b) é de 6 meses, começando a fluir a partir da data da publicação do escrito incriminado ou da transmissão da notícia incriminada.

c) é de 6 meses, a partir do dia em que se vier a saber quem é o autor do crime.

d) é de 3 meses, a partir do dia em que se vier a saber quem é o autor do crime.

71. A falta de citação pessoal de réu preso na mesma unidade da Federação onde tramita a ação penal constitui

a) nulidade relativa, sanável por outros atos processuais.

b) mera irregularidade.

c) nulidade absoluta.

d) julgamento à revelia.

72. Denomina-se "queixa-crime" em matéria processual penal,

a) a peça processual inicial da ação privada.

b) a peça processual inaugural do inquérito policial.

c) o ato pelo qual a vítima comunica à autoridade policial que contra si foi praticado um crime.

d) a peça processual que inicia a ação penal pública.

73. Ao proferir a sentença, o Juiz pode reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa. Isto caracteriza:

a) "emendatio libeli".

b) "mutatio libeli".

c) sentença "ultra petitum".

d) sentença "extra petitum".

74. As características típicas do conceito de emprego são:

a) pessoa física; natureza não eventual; subordinação; salário.

b) pessoa física ou jurídica; natureza não eventual; subordinação; salário.

c) pessoa jurídica; natureza eventual; subordinação; honorários.

d) pessoa física; natureza eventual; autonomia; salário.

75. Quanto a créditos resultantes das relações de trabalho no âmbito urbano, a ação tem o prazo prescricional de

a) dois anos até o limite de cinco anos após a extinção do contrato.

b) cinco anos como regra geral, mesmo após a extinção do contrato.

c) cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato.

d) trinta anos até o limite de cinco anos após a extinção do contrato.

76. Assinale a alternativa correta.

a) A época da concessão das férias será a que melhor atender os interesses do trabalhador.

b) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

c) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito, em abono pecuniário.

d) O empregado que, espontaneamente, pedir demissão antes de completar doze meses de serviço, terá direito a férias proporcionais.

77. Do contrato individual do trabalho pode-se afirmar que

a) o contrato de experiência não poderá exceder de 3 (três) meses.

b) poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por

prazo determinado ou indeterminado.

- c) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresas irá afetá-lo diretamente.
- d) os direitos oriundos da sua existência desaparecerão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

78. Havendo conciliação entre as partes, o termo que for lavrado valerá como decisão que somente poderá ser atacada por meio de

- a) agravo de instrumento.
- b) recurso ordinário.
- c) ação rescisória.**
- d) correição parcial.

79. O prazo destinado à parte para, respectivamente, apresentar embargos à execução, embargos de declaração, razões finais, agravo de petição e recurso de revista é de

- a) 8 dias; 5 dias; 48 horas; 8 dias e 15 dias.
- b) 8 dias; 48 horas; 10 minutos; 10 dias e 8 dias.
- c) 5 dias; 5 dias; 10 minutos; 8 dias e 8 dias.**
- d) 5 dias; 48 horas; 8 dias; 5 dias e 8 dias.

80. O não comparecimento do reclamante à audiência inicial importa em

- a) revelia e confissão.
- b) confissão quanto à matéria de fato.
- c) designação de nova data.
- d) arquivamento da reclamação.**

81. Com relação aos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando

- a) for argüida por quem lhe tiver dado causa.
- b) as partes pretenderem procrastinar o feito.
- c) resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.**
- d) for argüida em razões de recurso ordinário.

82. Em processo de execução na Justiça do Trabalho é correto afirmar que

- a) o recurso cabível denomina-se agravo de petição.**
- b) a competência para a execução das decisões pertence ao Colegiado que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.
- c) não pagando o executado, nem garantindo a execução, esta ficará suspensa até que o devedor efetue o pagamento.
- d) os embargos à execução podem ser apresentados sem qualquer garantia prévia ou penhora de bens.

83. A medida judicial que deve tomar o titular de uma área de terras na zona tida como

sendo rural e que sofreu dois lançamentos, um de Imposto Territorial Urbano e outro de Imposto Territorial Rural, para evitar o duplo pagamento ou a execução fiscal por parte do município ou da União é

- a) impetrar Mandado de Segurança contra o Município.
- b) impetrar Mandado de Segurança contra a União Federal.
- c) promover ação de consignação em pagamento.**
- d) promover ação declaratória contra a União Federal e o Município.

84. A medida judicial a ser tomada pelo contribuinte que, tendo impugnado o lançamento do Imposto de Renda que entende indevido, veio a sofrer penhora em processo de execução fiscal, promovido no curso do processo administrativo, objetivando exatamente a mesma exigência, é

- a) promover ação anulatória da execução.
- b) interpor recurso administrativo contra ajuizamento da execução.
- c) promover ação cautelar de depósito da quantia executada.
- d) embargar a execução alegando a nulidade do título extrajudicial.**

85. Pagando espontaneamente crédito, tem o contribuinte direito à exclusão

- a) da multa e dos juros.
- b) da multa e da correção monetária.
- c) apenas dos juros.
- d) apenas da multa.**

86. A imunidade recíproca impede que

- a) a União cobre Imposto de Renda sobre os juros das aplicações financeiras do Municípios.**
- b) o Município cobra a taxa de licenciamento de obra da União.
- c) o Estado cobre contribuição de melhoria em relação a bem do Município valorizado em decorrência de obra pública.
- d) o Estado cobre tarifa de água consumida em imóvel da União.

87. Embora o inciso V do artigo 156 do código tributário nacional afirme que a decadência extingue o crédito tributário, isso não ocorre porque

- a) a decadência extingue apenas o direito de ação.
- b) a decadência extingue a obrigação tributária.
- c) a decadência extingue o direito à constituição de crédito.**
- d) a decadência suspende a exigibilidade do crédito tributário.

88. Em uma transmissão de mercadoria feita através do endosso de títulos que a representem, sem a sua saída local, ocorrerá em relação ao ICMS o seguinte:

- a) o tributo é indevido por não ter ocorrido circulação.

- b) o tributo é devido porque ocorreu o mesmo efeito econômico da saída.
- c) o tributo é indevido porque o fato gerador é a saída da mercadoria e não a sua transmissão através de títulos dela representativos.
- d) o tributo é devido porque ocorreu uma operação de circulação da referida mercadoria.**

89. Anistia tributária atinge o crédito tributário correspondente a

- a) imposto e multa.
- b) imposto e juros.
- c) multa e correção monetária.
- d) multa.**

90. Tendo sido apurado crime de sonegação fiscal praticado por um dos dois sócios gerentes de uma sociedade, o sujeito ativo do tributo impõe multa também ao outro sócio, que pode alegar em sua defesa

- a) inexistência de solidariedade entre os dois gerentes.
- b) não ter tido conhecimento da sonegação fiscal praticada pelo outro sócio.
- c) desconhecer a circunstância de que o ato praticado constituía infração legal.
- d) responsabilidade pessoal do sócio gerente que praticou o ato.**

91. O Conselho Seccional da OAB - SP divide-se em quatro Câmaras, denominadas Primeira, Segunda, Terceira, e Quartas Câmaras. A Primeira e Segunda Câmaras formam o 1º Grupo de Câmaras e a Terceira e a Quarta Câmaras compõe o 2º Grupo de Câmaras. A competência para conhecer, discutir, deliberar e decidir processos em grau de recurso, relativos a decisões do Tribunal de Ética e Disciplina, desde que não unânimes, é

- a) do plenário do Conselho Seccional.
- b) de qualquer uma das quatro Câmaras.
- c) da Terceira e da Quarta Câmara.**
- d) de qualquer um dos dois Grupos de Câmaras.

92. Em face do que preceitua o Regimento Interno da Seccional de São Paulo, para imposição da medida cautelar, prevista no art. 70 § 3º, da Lei nº 8.906/94, que trata da suspensão preventiva do advogado inscrito, em caso de repercussão judicial à dignidade da advocacia, é competente o Tribunal de Ética e Disciplina. Para a imposição da suspensão preventiva é necessária

- a) a presença e voto favorável da metade, mais um, dos 15 membros da Seção Julgadora.
- b) a presença, mínima, de 10 membros e a concordância da maioria.**
- c) a presença mínima, de 05 membros de qualquer uma das Câmaras em que se divide a Seção Julgadora e concordância da maioria.
- d) a concordância unânime dos membros de qualquer uma das Câmaras das Seções II e III do Tribunal de Ética e Disciplina.

93. O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de

advogados são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Da competente inscrição na Seccional onde a profissão é exercida estão dispensados

a) apenas os integrantes da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Defensoria Pública.

b) apenas os magistrados e os integrantes do Ministério.

c) apenas os integrantes da Advocacia geral da União e da Defensoria Pública.

d) apenas os integrantes das Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

94. O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço,

a) não receberá honorários advocatícios por estar exercendo um "munus" da cidadania.

b) poderá contratar seus honorários diretamente com o cliente.

c) obedecerá a praxe de cobrança de honorários, do lugar onde for efetuada a prestação de serviço.

d) tem honorários fixados pelo juiz, segundo tabela da OAB, e pagos pelo Estado.

95. O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, nos seus artigos 28 e 30, separa de forma clara as situações de incompatibilidade e de impedimento para o exercício da advocacia. Das quatro alternativas abaixo, três se referem a casos de incompatibilidade e apenas uma, que deverá ser assinalada, caracteriza a situação de impedimento.

a) Servidores da Administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora.

b) Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

c) Ocupantes de cargos ou funções de direção em órgão da Administração Pública concessionários de serviço público.

d) Chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais.

96. A criação e/ou organização de cooperativas de advogados, para simples cadastramento de nomes,

a) obriga à obtenção de homologação da Comissão das Sociedades de Advogados e registro dos Estatutos Sociais no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

b) é autorizada por fundamento constitucional independentemente de qualquer autorização ou registro na OAB.

c) implica concorrência desleal e ilegal e sujeita seus agentes às sanções legais e estatutárias.

d) obriga os interessados a submeterem o Estatuto Social ao Tribunal de Ética e Disciplina e a Comissão de Prerrogativas da Seccional competente.

97. Embora não recomendável eticamente, o advogado poderá exercer a sua profissão concomitantemente com outra, desde que digna ou legalmente reconhecida, e em salas

separadas, exceto quando ocorrer a hipótese de

- a) exercício concomitante com a profissão de corretor de seguros e/ou de imóvel.
- b) exercício concomitante com a profissão de médico do Serviço Público Federal.
- c) exercício concomitante com a profissão de médico legista lotado na Secretária de Segurança Pública.
- d) exercício concomitante com a profissão de contador e/ou auditor.**

98. Cícero foi funcionário de uma grande empresa comercial onde, por mais de dez anos consecutivos, exerceu o cargo de relações comerciais. Durante esse tempo era conselheiro e preposto da empresa, representando os seus interesses comerciais, participando do estudo de todos os contratos com outros empregados. Estudou e tornou-se advogado, desligando-se recentemente da empresa para participar de escritório de advocacia com inúmeros colegas. Diversos empregados da empresa querem contratar seus serviços advocatícios para demandar contra a mesma. Em função dos preceitos contidos no Código de Ética e Disciplina e entendimento jurisprudencial do Tribunal de Ética e Disciplina,

- a) Cícero poderá aceitar a causa e postular contra a ex-empregadora, pois anteriormente exercia o cargo de relações comerciais
- b) Cícero poderá aceitar e postular contra a ex-empregadora desde que resguarde o segredo profissional e as informações reservadas que lhes foram confiadas.
- c) Cícero encontra-se impedido eticamente de postular contra a ex-empregadora porque participou de atos de aconselhamento da empresa.**
- d) Cícero encontra-se impedido eticamente de aceitar a causa, mas o escritório do qual participa poderá ser indicado para postulação, desde que seu nome não figure na procuração.

99. A requisição de informações, por parte de Receita Federal, sobre endereços de constituintes, feita a advogado,

- a) deve ser imediatamente respondida sob pena de estar o profissional obstruindo a aplicação da justiça.
- b) só deve ser respondida se a Receita Federal declarar a finalidade de sua utilização.
- c) pode ser passada à Receita Federal desde que haja autorização dos constituintes.
- d) deve ser negada em face de inúmeros preceitos de ordem pública.**

100. O artigo 34 da lei nº 8.906/94 estabelece um enorme rol de situações que configura infração disciplinar no exercício da advocacia. As sanções disciplinares consistem em: censura, suspensão, exclusão e multa. Logo abaixo estão colocadas quatro diferentes situações configurativas de infração disciplinar, três delas sujeitando o advogado à pena de suspensão e apenas uma à pena de exclusão. Assinale a infração que pode levar o advogado a ser excluído dos quadros da OAB, perdendo, como consequência, sua inscrição profissional.

- a) Prestar concurso a clientes ou a terceiros para realização de ato contrário à Lei ou destinado a fraudá-la.
- b) Locupletar-se , por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou

interposta pessoa.

c) Fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição na OAB.

d) Receber valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte.